

Leonardo F.S. Boiko

Chinês literário: Uma língua escrita

São Paulo

2013

Leonardo F.S. Boiko

Chinês literário: Uma língua escrita

(Rascunho de 26 de maio de 2015)

Orientador: Sylvio Horta

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo

2013

Resumo

A língua dos textos clássicos chineses, chamada de “literária” (*wényán*), difere das línguas chinesas faladas, não só em vocabulário mas também gramaticalmente. A explicação mais comum para este fato é a de que a língua literária corresponderia a um estágio antigo de chinês falado—um ancestral das línguas atuais, preservado pela escrita como um fóssil. Porém, durante a maior parte da história, o chinês literário não foi uma língua falada, e recentemente surgiram evidências de que ele pode ter sido, desde a origem, uma língua artificial. Neste trabalho investigamos este importante padrão escrito como um caso de diglossia, e consideramos as implicações desses fatos para a linguística da escrita.

Abstract

Sumário

1	Introdução	5
1.1	O latim da China?	5
1.2	Duas teorias sobre o chinês literário	9
1.3	Objetivos	11
2	Línguas chinesas: literária vs. vernacular	12
2.1	Fonologia	12
2.2	Morfologia	15
2.3	Léxico	17
2.3.1	Elasticidade nas palavras chinesas	18
2.4	Sintaxe	19
3	O chinês literário, diglossia e linguística	21
4	Conclusão	24
	Referências Bibliográficas	26

1 Introdução

1.1 O latim da China?

Imagine uma viajante que, visitando a China, fique curiosa sobre as línguas locais, mas que não tenha acesso a nenhuma referência sobre elas. Suponha que essa viajante decida observar e analisar as línguas, à maneira de uma antropóloga em campo. Intrigada pela complexidade da escrita, nossa visitante pergunta a um nativo quais livros são importantes na sua cultura, e é imediatamente direcionada aos Analetos de Confúcio e ao Tao Te Ching (*Dàodéjīng*). Embora os habitantes pareçam mais entusiasmados com o primeiro, a viajante decide investigar o Tao, por ser mais breve. Adquirindo uma edição genérica de um vendedor de rua, ela se debruça sobre as duas primeiras frases, que analisa da seguinte forma:

道	可	道
<i>dào</i>	<i>kě</i>	<i>dào</i>
caminho	pode	caminhar

非	常	道
<i>fēi</i>	<i>cháng</i>	<i>dào</i>
não	duradouro	caminho

名	可	名
<i>míng</i>	<i>kě</i>	<i>míng</i>
nome	pode	nomear

非	常	名
<i>fēi</i>	<i>cháng</i>	<i>míng</i>
não	duradouro	nome

Exemplo 1: Trecho de texto literário

Isto intriga a viajante. Ela obteve a pronúncia dos caracteres interrogando informantes, e os sons (fonemas) certamente parecem ser os mesmos que os da língua falada, isto é, o *pǔtōnghuà* ou “língua-geral”.¹ Os morfemas (elementos básicos de sentido) também são bastante familiares de palavras que ela ouviu nesta língua. Porém, em suas notas, a viajante havia percebido que a maioria das palavras do *pǔtōnghuà* possuem duas sílabas e dois morfemas, como *pǔtōng* “comum-transmitir” = “geral”, ou *dàolù* “estrada-rota” = “caminho”. Algumas palavras são maiores ou menores, e a viajante havia notado que, em certos contextos, as palavras podem ser abreviadas para a primeira sílaba apenas (DU-ANMU, 2012). Porém, o tamanho típico claramente é 2, enquanto que no livro todas as palavras possuem apenas uma sílaba e um morfema; para “caminho” não se usa *dàolù* mas somente *dào*. Além disso, a gramática parece diferente, mais concisa e abstrata, praticamente telegráfica; onde está, por exemplo, o verbo de ligação *shì*?

Ao discutir com um amigo suas dúvidas sobre a passagem, a viajante é informada que as expressões do livro diferem da língua-geral por estarem em

¹Neste trabalho o *pǔtōnghuà* está transcrito na notação *pīnyīn*, que marca os tons com acentos. Descrições do *pīnyīn* podem ser facilmente encontradas em materiais sobre o chinês, e.g. Norman (1988, p. 138–151) ou Ramsey (1987, p. 41-48).

“língua literária” (*wényán*, literalmente “língua de letras”) e recebe do nativo uma “explicação do sentido do texto”, parecida talvez com:²

道	可以	说,
<i>Dào</i>	<i>kěyǐ</i>	<i>shuō</i> ,
Caminho	(que) pode	(ser) falado

但	不是	通常	所
<i>dàn</i>	<i>bùshì</i>	<i>tōngcháng</i>	<i>suǒ</i>
mas	não-é	regular(mente)	(relativo, “que”)

说	的	道。
<i>shuō</i>	<i>de</i>	<i>dào</i> .
explicado	(genitivo)	caminho.

Exemplo 2: Equivalente em *pǔtōnghuà* de texto literário

Ela passa um tempo comparando a linguagem dos exemplos 1 e 2. Por um lado, a língua literária parece ser construída com aproximadamente os mesmos elementos (fonemas e morfemas) que a língua-comum. Por outro, a diferença entre as duas é bem maior que, digamos, a diferença entre o português falado e o escrito—diferente a ponto que as duas línguas não são mutuamente inteligíveis. A viajante não sabe o que concluir disso, e, ocupada em explorar as impressionantes paisagens chinesas, acaba esquecendo o assunto.

Eventualmente suas viagens a levam a uma região chamada Guangzhou (português “Cantão”), onde o *pǔtōnghuà* é mais incomum, e as pessoas conversam em uma língua claramente distinta, o *yuè*, que os locais chamam de *gwong² zau¹ waa⁶* ou “cantonês”.³ Ela avidamente começa a observar e analisar a língua e, certo dia, lembra-se do curioso texto do Tao, que ainda carrega na mochila. Apresentando-o a um nativo, ouve a seguinte leitura:

²A “explicação” acima é uma tradução do Tao para *pǔtōnghuà*, de autoria de ??.

³Neste trabalho o cantonês está transcrito na norma *yyutping*, que marca os tons com números. Para detalhes ver e.g. Ager (2013).

道	可	道
<i>dou</i> ⁶	<i>ho</i> ²	<i>dou</i> ⁶
caminho	pode	caminhar

非	常	道
<i>fei</i> ¹	<i>soeng</i> ⁴	<i>dou</i> ⁶
não	duradouro	caminho

名	可	名
<i>meng</i> ⁴	<i>ho</i> ²	<i>meng</i> ⁴
nome	pode	nomear

非	常	名
<i>fei</i> ¹	<i>soeng</i> ⁴	<i>meng</i> ⁴
não	duradouro	nome

Exemplo 3: Leitura de texto literário em fonética cantonesa

E recebe a seguinte “explicação do significado”:⁴

道,	得	講,
<i>dou</i> ⁶	<i>dak</i> ¹	<i>gong</i> ²
caminho	pode	falar

但	唔係	平時
<i>daan</i> ⁶	<i>m⁴hai⁶</i>	<i>ping⁴si⁴</i>
ainda	não-é	normalmente

講	嘅	道。
<i>dak</i> ¹	<i>ge</i> ³	<i>dou</i> ⁶
falar	(genitivo)	caminho.

Exemplo 4: Equivalente em cantonês de texto literário

A situação agora parece mais complexa. Os falantes letrados de *pǔtōnghuà* e de cantonês são ambos capazes de ler o mesmo texto, mas pronunciam-no cada

⁴Agradeço ao usuário *tidder-wave* no fórum Reddit pela tradução.

um com os fonemas da própria língua. Isso lembra à viajante o latim da Europa, que tradicionalmente era pronunciado de forma diferente por estudantes de origem portuguesa, francesa ou inglesa, por exemplo. Além disso, ao considerar o texto e as “explicações” (na verdade traduções), ela percebe que há uma relação entre os morfemas usados nas três línguas—comparável, talvez, à relação entre as raízes latinas e suas descendentes no português e no francês? Neste ponto, é muito tentador concluir que a língua literária seria algo como o latim da China, e o *pǔtōnghuà* e o cantonês seus descendentes modernos.

Sendo versada na tradição europeia, porém, a viajante lembra-se que o português e o francês *não* descendem diretamente do latim dos clássicos. Embora tenha sido uma importante língua escrita pelo menos até o século XVIII, já por volta do século IX o latim clássico não era mais inteligível para os nativos como língua falada, tendo dado lugar a um “latim vulgar” ou “vernacular”, e depois à “língua românica” (HERMAN, 2000). Esses desenvolvimentos do latim possuíam características fonéticas e gramaticais distintas, como pode ser atestado por alguns textos e inscrições vernaculares que sobreviveram aos séculos.

Infelizmente uma pesquisa sobre o “latim vulgar da China” seria bastante difícil. Praticamente todos os textos antigos que a viajante conseguiria encontrar seriam em chinês literário formal. Porém, se ela conseguisse contatar um especialista em linguística histórica, talvez descobrisse, por exemplo, que a palavra vernacular de duas sílabas *dàolù*, embora não seja usada no chinês literário, está atestada já a partir do século 4 BCE, antecedendo a maior parte da literatura clássica (MAIR, 1994). Ao descobrir mais evidências desse tipo, a viajante seria tentada a postular que o “chinês antigo”, falado, seria distinto do “chinês literário”.

1.2 Duas teorias sobre o chinês literário

A história da seção anterior é um experimento mental fictício, mas os fatos linguísticos apresentados são reais. O chinês literário foi a língua escrita dominante até o começo do século XX, mas durante a maior parte do período histórico ele não foi uma língua falada (e, como veremos a seguir, talvez nunca tenha sido!). O chinês literário só é compreensível através da leitura, por falantes que receberam treinamento específico nesta língua (MAIR, 1994).

Esta situação é chamada de **diglossia** (HUDSON, 2002). Em uma sociedade diglósica, há uma língua “clássica” ou “alta” que ninguém adquire como língua-mãe, mas que é dominante na comunicação escrita e prestigiada como modelo para as línguas faladas. As línguas faladas são chamadas **vernaculares** e possuem baixo prestígio, de forma que a escrita vernacular (quando existe) é considerada marginal naquela sociedade. Situações de diglossia com frequência persistem por vários séculos. Além do latim, exemplos notórios incluem o sânscrito, o sumério, o árabe clássico e o japonês literário (*bungo*).

Durante a dinastia Qing (1644–1912), a língua oficial do governo era o manchu dos conquistadores (uma língua não-chinesa). Porém, a comunicação cotidiana dos funcionários do governo dava-se em uma língua chinesa de Pequim que veio a ficar conhecida como “língua da administração”, *guānhuà*, traduzido em português como “mandarim”. O mandarim se difundiu como língua-geral, e ao mesmo tempo ampliava-se lentamente o uso da escrita vernacular, o *báihuà* (“língua clara”). Mas essa escrita permaneceu uma forma menor, popular e de baixo prestígio, e apenas depois do Movimento de Quatro de Maio (1919) é que ela passou a ser a forma normal de escrita. O *báihuà* é baseado no mandarim, que foi oficializado como “língua comum” ou *pǔtōnghuà* (NORMAN, 1988, sec. 6.1).

Ou seja, durante a maior parte da história, escrevia-se em uma língua distinta da fala. Porém, essas duas línguas claramente estavam relacionadas. Como explicar esta relação? Talvez a teoria mais simples seja a de que o chinês literário seria o ancestral em comum das línguas faladas, ou seja, que ele teria sido uma antiga língua falada, preservada na escrita como um fóssil. Isso explicaria o porquê da diferença do número de sílabas: Na língua antiga, haviam mais fonemas disponíveis, o que permitiria um número maior de sílabas distintas; conforme a fonologia foi se simplificando, os monossílabos teriam se tornando demasiado ambíguos, e as línguas faladas teriam compensado aumentando o tamanho das palavras. Essa proposta data do trabalho de Karlgren (1929) e tornou-se a explicação mais difundida, assumida sem questionamentos, por exemplo, por Norman ou Ramsey (DEFRANCIS, 1989, p. 264).

Porém, o linguista Victor Mair analisou os raros exemplos de textos arcaicos vernaculares, e descobriu que centenas de palavras polissilábicas já datavam de muito antes das reduções fonéticas (MAIR, 1994, p. 710). Devido a esse tipo de evidência, o filósofo Henry Rosemont Jr. propôs que a língua literária,

extraordinariamente concisa, teria sido desde sempre uma “língua artificial”, inteligível apenas com o suporte da escrita e de uma tradição oral explicativa (ROSEMONT JR., 1974). Também o linguista DeFrancis acredita que os textos antigos desde o começo só eram compreensíveis em forma escrita, e com treinamento especial (DEFRANCIS, 1989, p. 264–265).

Talvez a língua literária, auxiliada pelo poder desambiguador dos caracteres chineses e acompanhada da cultura oral, tenha se originado de uma forma maximamente abreviada da fala—forma que nunca teria sido uma “língua natural” no sentido moderno, isto é, uma língua-mãe. Isto leva a questões interessantes sobre a natureza dessa língua.

1.3 Objetivos

Este trabalho apresenta a proposta de Rosemont e Mair de que a língua literária chinesa teria sido distinta da fala durante a maior parte do período histórico, e possivelmente desde o princípio. Procuramos com isso, em primeiro lugar, esclarecer a natureza do chinês literário e sua relação com os vernaculares. Outro objetivo é analisar o significado destes fatos para a linguística moderna, no que tange à relação fala/escrita e às línguas ditas “artificiais” ou “mortas”.

2 *Línguas chinesas: literária vs. vernacular*

Neste capítulo, apresentaremos algumas características do chinês literário, contrastando-as com as línguas vernaculares das sociedades onde ele foi usado.

2.1 Fonologia

Como não há gravações das línguas antigas, seus sons só podem ser inferidos, não atestados. Métodos para reconstrução dos sons antigos fazem uso dos antigos dicionários de rimas (o mais importante sendo o *Qieyun*, de 601 CE), da comparação entre as formas modernas e empréstimos de diversas línguas e dialetos, da filologia textual, etc. Esses dados são analisados com técnicas da linguística histórica, resultando em reconstruções. Alguns fatos podem ser recuperados com razoável certeza, mas outros não estão muito claros, provocando debates entre os pesquisadores. Propostas modernas incluem [Pulleyblank \(1991\)](#), [Baxter e Sagart \(2011\)](#), e [Schuessler \(2009\)](#).

Os debates sobre a fonologia histórica não são relevantes para este estudo; o que é importante notar, e que não é controverso, é que o sistema fonológico antigo era diferente do moderno, possuindo mais fonemas e permitindo sílabas mais complexas. Por exemplo, pela reconstrução de Schuessler, que se atém aos fatos menos controversos:

Escrita	Significado	Chinês antigo	<i>pǔtōnghuà</i>
女	“mulher”	*nraʔ	nǚ
電	“raio”	*lîns	diàn
中	“centro”	*truŋ	zhōng
災	“desastre”	*tsâ	zāi

Tabela 2.1: Fonologia do chinês antigo vs. *pǔtōnghuà*

A transcrição do chinês antigo acima é baseada no Alfabeto Fonético Internacional, e descrita com mais detalhes em [Schuessler \(2007, p. 121–125\)](#). O asterisco marca que a forma é reconstruída.

O sistema fonológico originalmente usado para ler o chinês literário não foi preservado. É interessante que a leitura dos textos pode ser adaptada para a fonologia de qualquer língua. Historicamente, desenvolveram-se inclusive sistemas de leitura para falantes de línguas não-chinesas: o coreano, o japonês e o vietnamita. A simplicidade de alguns desses sistemas pode causar grande número de homófonos; no sistema sino-japonês, por exemplo, a sílaba /ko:/ pode representar mais de 600 morfemas com sentidos diferentes. Mas como o chinês literário é uma forma de comunicação escrita e não uma língua natural, não há necessidade de inteligibilidade pelo som; o uso de caracteres diferentes para distinguir significados é suficiente.

No capítulo 1 foram apresentadas as leituras em mandarim e cantonês de um mesmo trecho em chinês literário. Elas estão repetidas abaixo, acompanhadas pela leitura sino-japonesa:

	道	可	道
Mandarim:	<i>dào</i>	<i>kě</i>	<i>dào</i>
Cantonês:	<i>dou⁶</i>	<i>ho²</i>	<i>dou⁶</i>
Japonês:	<i>dō</i>	<i>ka</i>	<i>dō</i>
	caminho	pode	caminhar

	非	常	道
Mandarim:	<i>fēi</i>	<i>cháng</i>	<i>dào</i>
Cantonês:	<i>fei¹</i>	<i>soeng⁴</i>	<i>dou⁶</i>
Japonês:	<i>fu</i>	<i>jō</i>	<i>dō</i>
	não	duradouro	caminho

	名	可	名
Mandarim:	<i>míng</i>	<i>kě</i>	<i>míng</i>
Cantonês:	<i>meng⁴</i>	<i>ho²</i>	<i>meng⁴</i>
Japonês:	<i>mei</i>	<i>ka</i>	<i>mei</i>
	nome	pode	nomear

	非	常	名
Mandarim:	<i>fēi</i>	<i>cháng</i>	<i>míng</i>
Cantonês:	<i>fei¹</i>	<i>soeng⁴</i>	<i>meng⁴</i>
Japonês:	<i>hi</i>	<i>jō</i>	<i>mei</i>
	não	duradouro	nome

Exemplo 5: Comparação de sistemas de leitura

Ao aprender o chinês literário, o falante é ensinado a pronúncia-lo usando os fonemas de sua língua-mãe; apenas estudiosos de linguística histórica tentam recuperar os sons de quando os textos foram escritos. Este sistema durou mais de dois mil anos, e foi praticado por nativos das mais diversas línguas chinesas, além do coreano, japonês e vietnamita. E os falantes dessas diversas línguas não só liam mas também escreviam em chinês literário.

Do ponto de vista do falante individual, os caracteres chineses possuem pronúncias bem definidas e estáveis, que ele pratica e memoriza quando aprende a língua escrita. Mas, de um ponto de vista abrangente e histórico, a forma visual é que age como um pivô estável, possuindo uma presença psicológica

muito forte (HANSEN, 1993). Podemos falar na fonologia do chinês antigo, do chinês médio etc., mas não faz sentido falar “na” fonologia do chinês literário. Precisamos sempre falar em “uma” fonologia, especificando qual o sistema de leitura usado; e esses sistemas de leitura baseiam-se nas línguas naturais, vernaculares, distintas do literário. Isso é típico da situação de diglossia (ver capítulo 3 abaixo), na qual o sistema fonético da língua “clássica” não costuma ser independente, mas sim um “parassistema” derivado das línguas vernaculares de cada sociedade (FERGUSON, 1966).

2.2 Morfologia

Um fato importante para nossa discussão é a relação muito regular que existe entre morfologia e fonologia: tanto nas variedades antigas quanto modernas das línguas chinesas, em geral cada sílaba corresponde a um morfema, e cada morfema a uma sílaba. Isto é, normalmente cada sílaba possui um significado:

dà-xiǎo

grande-pequeno

“tamanho”

zhōng-guó

meio-país

“China” (= o Reino Central)

chē-zi

veículo-(diminutivo)

“veículo de pequeno porte”

Tabela 2.2: Morfemas e sílabas do mandarim

Como seria de se esperar, existem muito mais morfemas do que sílabas, e por consequência, é comum que uma dada sílaba possa ser interpretada como diversos morfemas diferentes. Em outras palavras, morfemas homófonos são bastante frequentes:

shì “assunto”
shì “cavalheiro”
shì “servir”
shì “clã”
shì “mercado”
shì “geração”
 :

Tabela 2.3: Morfemas homófonos no mandarim.

Existem exceções ao princípio monossilábico:

shānhú
 “coral”

biānfú
 “morcego”

-r
 (sufixo coloquial)

Tabela 2.4: Exceções ao princípio monossilábico no mandarim.

Nos dois primeiros exemplos temos morfemas de múltiplas sílabas; não é o caso que as sílabas *shān*, *biān* ou *hú* tenham sentidos independentes. A tendência a equiparar sílabas a morfemas é forte o suficiente que muitos falantes, possivelmente influenciados pela escrita, reanalisam cada sílaba como um morfema distinto de mesmo sentido (e.g. *shānhú* “coral” = *shān* “coral” + *hú* “coral”), mesmo que os “morfemas” assim postulados não ocorram em nenhuma outra palavra. O terceiro exemplo, característico do dialeto de Pequim, é um caso raro de sufixo menor que uma sílaba.

Há uma grande intersecção entre os morfemas presentes na língua literária e nos vernaculares, e por princípio os morfemas clássicos estão disponíveis para uso no vernacular, com a fonologia do sistema e leitura local (da mesma forma que os morfemas do latim estão disponíveis para inserção no português). A tradição escrita pode ser vista como um “tesouro acumulado” de morfemas para empréstimo (HANSELL, 2002).

2.3 Léxico

Uma diferença crucial entre a língua literária e as vernaculares está no tamanho das palavras, medido em morfemas. Na língua clássica este tamanho é normalmente 1. Já no mandarim, por exemplo, embora existam muitos monossílabos, os polissílabos são maioria; entre 66 a 70% dos morfemas-sílabas não são livres, isto é, só ocorrem dentro de palavras maiores (DEFRANCIS, 1984, cap. 11).

Este fato pode ser obscurecido porque a escrita chinesa tipicamente emprega um caractere por morfema, e como em geral cada morfema corresponde a uma sílaba, um caractere por sílaba. Além disso, não são usados espaços nem nenhuma forma de delimitação de palavras. Assim, os morfemas são objetos visualmente muito mais salientes. Contudo, a análise linguística mostra claramente que o chinês possui uma unidade “palavra” que reúne vários morfemas em um item sintático, assim como a maioria das outras línguas (DEFRANCIS, 1984, cap. 11). Já o chinês literário normalmente usa palavras de um só morfema, e portanto uma sílaba.

Como exposto na seção 1.2, a explicação tradicional de Karlgren (1929) para esta diferença é que 1) o chinês literário corresponderia ao chinês antigo falado, e 2) o tamanho médio das palavras teria aumentado para compensar a ambiguidade resultante da perda de fonemas (DEFRANCIS, 1989, p. 264). Contradizendo esta teoria, Kennedy (1964) argumentou que 1) o sistema fonético antigo está muito longe de ser suficiente para representar todas as palavras em uma só sílaba sem confusão, e 2) uma leitura cuidadosa dos textos mostra que com frequência o registro mais antigo de um termo é polissilábico. Na mesma linha, Mair (1994) analisa textos vernaculares antigos (uma forma marginal e pouco estudada) e conclui que os registros mais arcaicos que temos evidenciam palavras polissilábicas na fala. A distinção vernacular/literário parece ir tão longe quanto as primeiras inscrições, e não há evidências que um dia tenha existido um chinês falado monossilábico.

Mair compara o chinês literário a um código ou cifra: uma transformação executada no sistema da língua, resultando em uma forma de comunicação condensada, abstrata, e fortemente telegráfica.

Uma consequência notada por Rosemont Jr. (1974) é que o vocabulário

registrado nos textos clássicos é bastante pequeno (cerca de 2500 itens), o que implica em campos semânticos amplos para cada palavra, reforçando a natureza abstrata e epigramática da língua literária.

2.3.1 Elasticidade nas palavras chinesas

Um fenômeno interessante no mandarim é o que Guo Shaoyu chamou de “tamanho lexical elástico” (DUANMU, 2012, p. 4). A maioria das palavras chinesas possui formas alternativas longas e curtas, como ilustrado por Duanmu:

Tamanho = 2	Tamanho = 1	Sentido
<i>meitan</i>	<i>mei</i>	“carvão”
<i>xuexi</i>	<i>xue</i>	“estudar”
<i>gongren</i>	<i>gong</i>	“trabalhador”
<i>shangdian</i>	<i>dian</i>	“loja”
<i>laohu</i>	<i>hu</i>	“tigre”
<i>Yindu</i>	<i>Yin</i>	“Índia”

Tabela 2.5: Elasticidade nas palavras do mandarim.

À primeira vista, essas palavras parecem ser compostas por vários morfemas monossilábicos, como *lǎo* “velho” + *hǔ* “tigre”; porém, a palavra *lǎohǔ* significa “tigre” (de qualquer idade) e não “velho tigre”. Da mesma forma, *méitàn* parece ser um composto de “carvão mineral” *méi* + “carvão vegetal” *tàn*; mas a palavra *méitàn* não significa “carvão mineral ou vegetal”, ela é equivalente a *méi*, i.e. “carvão mineral”. Cada palavra na coluna à esquerda (tamanho = 2) é um equivalente semântico da palavra à direita (tamanho = 1).

Se cada palavra pode ser pronunciada com uma ou duas sílabas, uma sequência de duas palavras possui quatro possibilidades: 1 + 1, 1 + 2, 2 + 1 e 2 + 2 (por exemplo, para “loja de carvão”: *méi diàn*, *méi shāngdiàn*, *méitàn diàn*, *méitàn shāngdiàn*). Duanmu mostra que o padrão 1 + 2 é claramente evitado em sequências de dois substantivos, enquanto que 2 + 1 é evitado para a sequência verbo + objeto direto. Essas restrições parecem ter a ver com a interação entre fonologia e prosódia com a sintaxe.

Uma vez que o fenômeno da elasticidade é muito difundido nas línguas chinesas (Duanmu estima que 90% das palavras siníticas sejam elásticas), parece

razoável imaginar que esta operação já estava disponível no chinês vernacular antigo. Se isso for verdade, talvez o fenômeno tenha motivado a criação do estilo literário telegráfico. Com o suporte de símbolos distintos para denotar cada morfema, a escrita não precisava se preocupar com ambiguidades e podia escolher sempre a forma mais curta das palavras.

2.4 Sintaxe

Como seria de se esperar, a sintaxe do chinês literário não muda muito em relação ao vernacular; porém, mesmo nesta área estrutural há algumas diferenças importantes. A maioria tem a ver com o comportamento de palavras funcionais, chamadas em chinês de “vazias” (*xūzì*). Por exemplo, compare as orações predicativas:

Mandarim:

<i>Chá</i>	<i>shì</i>	<i>rè</i>	<i>de.</i>
chá	está (verbo)	quente	(ênfase)
“O chá está quente.”			

Chinês literário:

<i>Chá</i>	<i>rè</i>	<i>yě.</i>
chá	quente	está (partícula)
“O chá está quente.”		

Tabela 2.6: Orações predicativas no mandarim e no chinês literário.

Outras diferenças sintáticas incluem (NORMAN, 1988, cap. 5):

- No literário, frases subordinadas são opcionalmente marcadas por *zhī*, e podem ser simplesmente juxtapostas. No mandarim, elas obrigatoriamente levam o marcador *de*.
- O literário expressa grau com adjetivos predicativos; o mandarim usa advérbios.
- Pronomes interrogativos e negativos precedem o verbo no literário; no vernacular, seguem o verbo.

Algumas dessas diferenças podem ser mudanças históricas na língua falada, e não distinções originais entre o vernacular e o literário. Mesmo assim, parece claro que as formas “clássicas” permaneceram em uso na escrita muito depois de terem caído da fala—de fato, ainda hoje elas podem ser usadas para causar um efeito de classicismo.

3 *O chinês literário, diglossia e linguística*

A linguística moderna entende a linguagem como uma capacidade natural do ser humano, pré-estruturada pela genética e adquirida como que por “instinto” pelos bebês (PINKER, 2010). Há evidências que suportam essa posição, mostrando que existe uma diferença qualitativa entre a aquisição inconsciente de uma língua por infantes e o aprendizado deliberado por adultos (GLEITMAN; NEWPORT, 1995). Porém, o foco exclusivo na língua falada materna pode obscurecer desdobramentos interessantes do “instinto de linguagem” na sociedade e na cultura. Um desses desdobramentos é a **diglossia**, fenômeno social no qual uma sociedade faz uso de (pelo menos) duas línguas em contextos complementares. Uma delas, dita “baixa”, é adquirida como língua nativa, mas possui pouco prestígio. A língua prestigiada, “alta”, não possui falantes nativos, mas é estudada e mantida em uso por várias gerações. Na maioria dos casos conhecidos de diglossia, a língua alta é usada para escrita e o vernacular para comunicação oral (HUDSON, 2002).

No programa dominante (*mainstream*) da linguística moderna, as línguas altas de uma situação diglósica são descritas como “mortas”. Uma vez que o objetivo de pesquisa é investigar a capacidade natural de linguagem, as línguas mortas são consideradas irrelevantes como objeto de estudo. Essa valoração contrasta drasticamente com a posição social das línguas altas, empregadas como meio de comunicação geral (*lingua franca*) e canonizadas como modelos para as vernaculares. O latim clássico, por exemplo, foi descrito como ininteligível para os falantes de vernacular no Concílio de Tours (813), mas continuou sendo a língua normal para autoria de textos intelectuais por mais um milênio. Atitudes sociais semelhantes se aplicam ao chinês literário, que, como vimos, permaneceu em uso por um período ainda mais longo (SNOW, 2010).

O fenômeno da diglossia parece estar intimamente relacionado com a escrita; embora teoricamente seja possível uma situação diglósica sem letramento, nos casos documentados foi a adoção da escrita que incentivou a manutenção da língua alta (HUDSON, 2002, p. 24–28). Para Snow (2010) (p. 114),

é preciso notar que no Extremo Oriente a associação do chinês literário com um *corpus* textual foi essencial para a forma com que esta língua estabeleceu e manteve seu papel social dominante. O chinês literário se difundiu pela Ásia não devido a alguma virtude intrínseca dessa língua escrita, mas graças à civilização com a qual estava associado, e especialmente graças aos textos filosóficos, literários e religiosos que não só deram à língua seu prestígio mas também eram o meio pelo qual ela era aprendida.

O autor nota que a posição privilegiada do chinês clássico só foi posta em questão quando os próprios valores tradicionais da civilização chinesa foram confrontados com novos modelos vindos do ocidente. A ascensão das escritas vernaculares acompanhou então o surgimento e crescimento do nacionalismo.

Devido à associação entre as línguas altas e as tradições filosóficas, religiosas e éticas de seu *corpus* textual, Robert (2006) propôs o termo “hieroglossia” (“língua sagrada”) para enfatizar as atitudes sociais de valoração que costumam acompanhá-las, tais como:

- Discurso sobre a superioridade, verdade ou eficácia da língua sagrada;
- Discurso que filia as línguas vernaculares à sagrada;
- Discurso crítico sobre a língua sagrada, em tempos de reforma de valores;
- Uso mágico e litúrgico da língua sagrada;
- Produtividade no vernacular com raízes da língua sagrada—produtividade que é creditada ao potencial inerente da língua sagrada, não do vernacular;
- Empréstimo de frases inteiras e até mesmo padrões gramaticais da língua sagrada para dentro do sistema da vernacular (e.g. padrões do árabe clássico no persa, ditados clássicos no mandarim, ou ordem sintática do chinês literário mantida no japonês).

Mas o que todos esses fenômenos sociais têm de interessante para a linguística? Desde Saussure, a linguística moderna têm tratado a escrita como uma transcrição da língua falada: um simples “mecanismo para registrar a fala”, na descrição de Bloomfield (1933). Sem dúvida a escrita fundamenta-se na fala, e a leitura decodifica-a em fonemas; porém, existem fenômenos pouco óbvios da escrita que não correspondem a nada na linguagem falada, devido às diferenças na natureza material e nas funções dos dois sistemas (VACHEK; LUELSDORFF, 1989). Para uma posição estritamente nativista, essas particularidades da escrita estariam fora do interesse da linguística, já que não fazem parte da capacidade natural de linguagem—não são adquiridas espontaneamente por bebês. Porém, Nunberg (1990) traz um ponto metodológico importante: independentemente da natureza da escrita, as ferramentas de análise da linguística funcionam bem para explicar suas estruturas subjacentes (Nunberg demonstra isso com uma análise das categorias estruturais geradas pela pontuação européia). Segundo o autor, essa possibilidade acontece porque a escrita, ainda que não seja linguagem *per se*, é uma “aplicação dos princípios da linguagem”, uma criação cultural que faz uso da capacidade natural. O neurologista Dehaene (2009) explica a forte modularização cerebral da leitura em termos de “exaptação”—a escrita evoluiu para se adequar aos módulos naturais de processamento visual e linguístico no cérebro, reaproveitando a interface entre os dois. Por motivos como estes, alguns autores no programa da biolinguística têm questionado a “artificialidade” da escrita e proposto uma relação mais próxima da capacidade da linguagem (AARON; JOSHI, 2006).

Na diglossia, as línguas clássicas iniciam todo um novo ciclo de vida depois do ponto em que viram “línguas mortas”. A investigação dessas línguas tem o potencial de enriquecer o conhecimento sobre a capacidade da linguagem, e sua relação com a escrita.

4 *Conclusão*

“Língua chinesa” é uma expressão simples que esconde um oceano de complexidades. Ela não só engloba diversas línguas independentes e não inteligíveis entre si—mandarim, cantonês, min, wu, hakka etc.—como também pode se referir a um código escrito que, sem falantes nativos e inadequado para fala, foi a língua de todos os clássicos da civilização da China, em suas várias encarnações.

Muitas vezes assume-se tacitamente que o chinês literário seria a transcrição de uma linguagem falada antiga. A existência de registros vernaculares distintos da forma literária sugere que isto é incorreto, e não há evidências para supor que um dia alguém adquiriu essa língua nativamente; ao invés disso, parece mais provável que o chinês literário tenha se originado de um processo de abreviação do vernacular. Em particular, a hipótese de que a língua falada antiga seria monossilábica não se sustenta, pois contradiz os dados textuais. **Rosemont Jr. (1974)** observa que não podemos tirar conclusões sobre o pensamento chinês a partir da língua literária, supondo (como já foi feito) que os pensadores chineses possuíam apenas categorias vagas e abstratas; isso só se aplica ao código escrito, e certamente a língua falada era tão detalhada e natural quanto qualquer outra.

A consideração da diglossia na China e em outras culturas mostra que não é raro que uma sociedade empregue uma linguagem que não tem falantes nativos, dando-lhe posição privilegiada e até mesmo sagrada. A natureza telegráfica, abstrata, e parcialmente visual do chinês literário reforça propostas que têm sido feitas sobre a autonomia da escrita, sugerindo que ela deve ser considerada em seus próprios termos, sem assumir *a priori* que se trata somente de uma transcrição da fala. Essa abertura teórica, por sua vez, permite entender melhor o que é o chinês literário. Se a escrita é, como propõe **Nunberg (1990)**, uma aplicação dos princípios linguísticos inatos, então uma “língua artificial”

estaria para a capacidade de linguagem assim como a dança está para a capacidade de andar.

Referências Bibliográficas

- AARON, P. G.; JOSHI, R. M. Written language is as natural as spoken language: A biolinguistic perspective. *Reading Psychology*, London, v. 27, n. 4, p. 263–311, 2006. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02702710600846803>>.
- AGER, S. *Omniglot: Cantonese*. 2013. Disponível em: <<http://www.omniglot.com/chinese/cantonese.htm>>.
- BAXTER, W.; SAGART, L. *Baxter-Sagart Old Chinese reconstruction (Version 1.00)*. 2011. Disponível em: <<http://crlao.ehess.fr/document.php?id=1217>>. Acesso em: 2013.
- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1933.
- DEFRANCIS, J. *The Chinese Language: Fact and Fantasy*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1984. ISBN 9780824810689.
- DEFRANCIS, J. *Visible Speech: The Diverse Oneness of Writing Systems*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1989. ISBN 9780824812072.
- DEHAENE, S. *Reading in the brain: The new science of how we read*. New York: Penguin, 2009.
- DUANMU, S. Word-length preferences in Chinese: a corpus study. *Journal of East Asian Linguistics*, Springer, v. 21, n. 1, p. 89–114, 2012. Disponível em: <<http://www-personal.umich.edu/~duanmu/CorpusLength2012.pdf>>.
- FERGUSON, C. A. Diglossia. In: HYMES, D. (Ed.). *Language in culture and society*. New York: Harper and Row, 1966. p. 429–439.
- GLEITMAN, L. R.; NEWPORT, E. L. The invention of language by children: Environmental and biological influences on the acquisition of language. In: GLEITMAN, L. R.; LIBERMAN, M. (Ed.). *An invitation to cognitive science*. Cambridge: MIT Press, 1995. v. 1, p. 1–24.
- HANSELL, M. Functional answers to structural problems in thinking about writing. In: ERBAUGH, M. (Ed.). *Difficult Characters: Interdisciplinary Studies of Chinese and Japanese Writing*. Columbus: Ohio State University, 2002. ISBN 9780874153446.
- HANSEN, C. Chinese ideographs and Western ideas. *The Journal of Asian Studies*, Association for Asian Studies, v. 52, n. 2, p. 373–399, 1993. ISSN 00219118. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2059652>>.

- HERMAN, J. *Vulgar Latin*. Pennsylvania: Penn State Press, 2000.
- HUDSON, A. Outline of a theory of diglossia. *International Journal of the Sociology of Language*, Walter de Gruyter, p. 1–48, 2002.
- KENNEDY, G. A. *Selected works*. New Haven: Far Eastern Publications, Yale University, 1964.
- MAIR, V. H. Buddhism and the rise of the written vernacular in East Asia: the making of national languages. *The Journal of Asian Studies*, Association for Asian Studies, Ann Arbor, v. 53, n. 3, p. 707–751, 1994. ISSN 00219118. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2059728>>.
- NORMAN, J. *Chinese*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- NUNBERG, G. *The Linguistics of Punctuation*. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 1990. (CSLI Lecture Notes). ISBN 9780937073469.
- PINKER, S. *The language instinct: How the mind creates language*. [S.l.]: HarperCollins, 2010.
- PULLEYBLANK, E. G. *Lexicon of Reconstructed Pronunciation: in Early Middle Chinese, Late Middle Chinese, and Early Mandarin*. Vancouver: UBC press, 1991.
- RAMSEY, S. R. *The languages of China*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- ROBERT, J.-N. Hieroglossia: A proposal. *Bulletin of the Nanzan Institute for Religion & Culture*, Nanzan Institute for Religion and Culture, Nagoya, n. 30, p. 25–48, 2006.
- ROSEMONT JR., H. On representing abstractions in archaic Chinese. *Philosophy East and West*, University of Hawai'i Press, Honolulu, v. 24, n. 1, p. 71–88, 1974. ISSN 00318221. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1397604>>.
- SCHUESSLER, A. *ABC etymological dictionary of Old Chinese*. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2007.
- SCHUESSLER, A. *Minimal Old Chinese and later Han Chinese: a companion to Grammata Serica Recensa*. Honolulu: University of Hawaii Press, 2009.
- SNOW, D. Diglossia in east asia. *Journal of Asian Pacific Communication*, John Benjamins, Amsterdam, v. 20, n. 1, p. 124–151, 2010.
- VACHEK, J.; LUELSDORFF, P. *Written language revisited*. Philadelphia: J. Benjamins, 1989. ISBN 9789027220646.